

Formulário de Resposta aos recursos - CES S07 – Auditor Fiscal

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 36 TIPO 2: 45 TIPO 3: 49	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>Exceções:</p> <p>A declaração estabelece uma exceção para casos em que a crença ou convicção é invocada para se eximir de uma obrigação legal imposta a todos, como o serviço militar.</p> <p>Prestação Alternativa:</p> <p>Nestes casos, a lei pode prever uma forma alternativa de cumprir a obrigação, permitindo que a pessoa possa cumprir sua obrigação sem infringir suas convicções.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante, desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia. (Art. 5º, XI)</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	(E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).		
TIPO 1: 38 TIPO 2: 37 TIPO 3: 42	<p>A alternativa correta é: (C) o direito de greve será exercido com observância dos princípios da eficiência e proporcionalidade, nos termos e limites estabelecidos em lei específica, respeitados os serviços essenciais e os interesses sociais relevantes.</p> <p>De acordo com o Art. 37, inciso VII da Constituição Federal, é assegurado ao servidor público o direito de greve, nos termos e nos limites definidos em lei específica. Embora esse direito seja garantido, há restrições e exigências, especialmente quanto à manutenção de serviços essenciais e à proporcionalidade da paralisação, para que o interesse coletivo não seja prejudicado.</p> <p>(A) Errada. A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, conforme Art. 37, II da CF/88, salvo para cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração. Não existe "dispensa de concurso para conveniência da administração".</p> <p>(B) Errada. O princípio correto seria a impessoalidade, e não "pessoalidade", e o prazo de validade do concurso público é, de fato, de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período (Art. 37, III da CF), mas a presença do termo "pessoalidade" torna a alternativa incorreta.</p> <p>(D) Errada. A remuneração dos servidores deve respeitar a iniciativa privativa dos poderes competentes, e a revisão geral anual deve ser assegurada na mesma data e sem distinção de índices, conforme Art. 37, X da CF/88.</p> <p>(E) Errada. Embora cargos públicos sejam acessíveis a brasileiros e estrangeiros conforme a lei, o erro está em "estrangeiros com cidadania brasileira", o que é contraditório — estrangeiro com cidadania brasileira é brasileiro naturalizado, e a CF fala de estrangeiros nos termos da lei, não necessariamente com cidadania.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 39 TIPO 2: 43 TIPO 3: 46	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>De acordo com o Art. 71 da Constituição Federal, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). A alínea I desse artigo determina que compete ao TCU "apreciar as contas prestadas</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.”</p> <p>(A) Errada. O TCU é composto por 9 ministros (e não 7), conforme o Art. 73 da CF, e possui jurisdição em todo o território nacional, não apenas no território distrital.</p> <p>(B) Errada. Os requisitos estão corretos (mais de 35 anos e menos de 65 anos, e não 60), idoneidade moral, reputação ilibada e notório conhecimento, mas a idade máxima está incorreta — o correto é 65 anos (Art. 73, §1º, I, CF).</p> <p>(C) Errada. Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas e vencimentos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não do Supremo Tribunal de Justiça (que não existe). Além disso, a aposentadoria segue as normas do Regime Próprio dos Servidores Públicos (Art. 40 da CF).</p> <p>(D) Errada. Quando o auditor substitui ministro, tem as mesmas garantias e impedimentos do ministro, mas nas demais atribuições, ele não exerce funções de juiz de Tribunal Regional Estadual, mas sim atua como membro do TCU, conforme o Art. 73, §3º da CF.</p>		
<p>TIPO 1: 41</p> <p>TIPO 2: 44</p> <p>TIPO 3: 38</p>	<p>A questão pede para assinalar a exceção.</p> <p>(A) Os donos dos hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimento onde se albergue por dinheiro, excetuando para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.</p> <p>Esta alternativa está correta de acordo com o Artigo 932, inciso IV, do Código Civil brasileiro, que estabelece que são também responsáveis pela reparação civil "os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos seus hóspedes, moradores e educandos". A exceção para fins de educação também está implícita no contexto legal, pois a responsabilidade sobre educandos em estabelecimentos de ensino é tratada em outro inciso (V).</p> <p>(B) Os pais são civil e penalmente responsáveis pelos atos ilícitos de seus filhos menores, independentemente de comprovação de culpa ou supervisão, inclusive por danos extrapatrimoniais e coletivos.</p> <p>Esta alternativa está incorreta (e, portanto, é a resposta para a pergunta "EXCETO"). Embora os pais sejam civilmente responsáveis pelos atos ilícitos dos filhos menores de forma objetiva (sem necessidade de comprovação de culpa), a responsabilidade penal é pessoal e subjetiva, exigindo a demonstração de culpa</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA B

	<p>do agente. Os pais não são automaticamente responsabilizados penalmente pelos atos dos filhos apenas em razão do parentesco.</p> <p>(C) Tutores respondem objetivamente por todos os atos ilícitos praticados por seus curatelados, independentemente de comprovação de culpa, capacidade de discernimento do assistido ou efetivo controle sobre a conduta.</p> <p>Esta alternativa está correta com base no Artigo 932, inciso II, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade dos tutores e curadores pelos atos ilícitos de seus tutelados ou curatelados. Essa responsabilidade é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa do tutor ou curador. O objetivo da lei é proteger a vítima do dano, responsabilizando aquele que tem o dever de cuidado e vigilância sobre o incapaz.</p> <p>(D) O empregador ou comitente, que por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.</p> <p>Esta alternativa está correta conforme o Artigo 932, inciso III, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade do empregador ou comitente pelos atos de seus empregados, serviçais e prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele. Essa responsabilidade é objetiva para o empregador (conforme também a Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça).</p> <p>(E) Serão solidariamente responsáveis, sem limite de valor, todos que de qualquer forma tiverem contato com bens oriundos de crime, ainda que sem conhecimento da origem ilícita.</p> <p>Esta alternativa está correta em consonância com a legislação que combate a lavagem de dinheiro e outros ilícitos. A Lei nº 9.613/98, por exemplo, prevê a responsabilidade solidária daqueles que, de alguma forma, se beneficiam ou têm contato com bens provenientes de crime, mesmo que em certas situações a demonstração do conhecimento da origem ilícita seja relevante para a comprovação do delito de lavagem.</p>		
<p>TIPO 1: 43</p> <p>TIPO 2: 39</p> <p>TIPO 3: 44</p>	<p>A alternativa correta é: (C) É vedado ao ente federativo receber transferências voluntárias se não instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional.</p> <p>Conforme dispõe o Art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF):</p> <p>Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>Parágrafo único: A inobservância do disposto no caput impede o recebimento de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>transferências voluntárias.</p> <p>Ou seja, se o ente federativo não instituir e arrecadar todos os tributos de sua competência, ele não poderá receber transferências voluntárias da União ou de outros entes.</p> <p>(A) Errada.</p> <p>A instituição dos tributos de competência do ente federado é obrigatória, não é facultativa. A omissão pode causar sanções, como o impedimento de transferências voluntárias.</p> <p>(B) Errada.</p> <p>O descumprimento não gera apenas advertência: ele tem consequência prática direta, que é a proibição de receber transferências voluntárias (Parágrafo único do art. 11 da LRF).</p> <p>(D) Errada.</p> <p>A União também deve cumprir o art. 11 da LRF. Todos os entes da federação (União, Estados, DF e Municípios) estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(E) Errada.</p> <p>A restrição do parágrafo único aplica-se apenas às transferências voluntárias, não se aplica às transferências constitucionais ou legais (como o FPM, por exemplo).</p>		
<p>TIPO 1: 44</p> <p>TIPO 2: 49</p> <p>TIPO 3: 39</p>	<p>Resposta correta: (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.</p> <p>I. Correta</p> <p>“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis [...]”</p> <p>Esta afirmativa está correta, pois descreve com exatidão o que dispõe o Art. 145, II, da Constituição Federal e o Art. 77 do CTN.</p> <p>As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivos ou potenciais.</p> <p>II. Incorreta</p> <p>“As taxas poderão ter base de cálculos própria de impostos”</p> <p>Essa afirmativa está errada.</p> <p>Embora a base de cálculo possa ser semelhante, a jurisprudência do STF proíbe que taxas usem a mesma base de cálculo de impostos, pois isso pode violar o princípio da não-confusão entre espécies tributárias.</p> <p>Exemplo: É inconstitucional uma taxa usar como base de cálculo o valor do imóvel (usado para o IPTU).</p> <p>Fundamento: STF – Súmula 545:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>“É inconstitucional a cobrança de taxa, pela utilização de serviço público, tendo como base de cálculo o valor do imóvel.”</p> <p>III. Correta</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado [...] exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p> <p>Esta afirmativa está correta.</p> <p>Trata-se do princípio da legalidade tributária, previsto no Art. 150, I da Constituição Federal:</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p>		
<p>TIPO 1: 45</p> <p>TIPO 2: 50</p> <p>TIPO 3: 47</p>	<p>A questão pede assinalar o EXCETO. A alternativa correta é: (B) Direito de discriminar preços com base em critérios subjetivos.</p> <p>O artigo 170 da Constituição Federal estabelece os princípios que regem a ordem econômica, e entre eles estão:</p> <p>Propriedade privada (inciso II); Redução das desigualdades regionais e sociais (inciso VII);</p> <p>Busca do pleno emprego (inciso VIII); Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte (inciso IX).</p> <p>Esses princípios estão voltados à justiça social, à livre iniciativa e ao desenvolvimento nacional sustentável.</p> <p>A alternativa (B) está incorreta porque:</p> <p>O direito de discriminar preços com base em critérios subjetivos não é um princípio da ordem econômica e contraria os princípios constitucionais, pois:</p> <p>Viola a livre concorrência (Art. 170, inciso IV);</p> <p>Pode gerar abuso de poder econômico, prejuízo ao consumidor e desequilíbrio de mercado;</p> <p>A prática de preços deve ser baseada em critérios objetivos, sob a regulação do Código de Defesa do Consumidor e da legislação concorrencial (Lei nº 12.529/2011).</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 46</p> <p>TIPO 2: 42</p> <p>TIPO 3: 50</p>	<p>A alternativa correta é: (B) Impostos de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.</p> <p>Entes federativos: Estados e Distrito Federal.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988, os impostos são distribuídos entre os entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Vamos analisar cada alternativa:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>(A) Incorreta Produtos industrializados – IPI. Competência exclusiva da União. Erro: Inclui Estados indevidamente.</p> <p>(B) Correta. Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCMD). Competência dos Estados e do Distrito Federal, conforme Art. 155, I, CF/88.</p> <p>(C) Incorreta. Propriedade de veículos automotores – IPVA. Competência dos Estados e do Distrito Federal. Erro: Municípios não têm competência para esse imposto.</p> <p>(D) Incorreta. Transmissão "inter vivos" de bens imóveis – ITBI. Competência dos Municípios e do Distrito Federal (Art. 156, II, CF/88). Erro: Atribui indevidamente aos Estados.</p> <p>(E) Incorreta. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Competência dos Municípios e do Distrito Federal (Art. 156, I, CF/88). Erro: Atribui à União, o que é incorreto.</p>		
<p>TIPO 1: 47</p> <p>TIPO 2: 46</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>A alternativa correta é: (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas. Justificativa, com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):</p> <p>I. Correta “A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são sanções que somente podem ser aplicadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.” Correto. Conforme a reforma da Lei 8.429/1992 (pela Lei nº 14.230/2021), sanções como perda da função pública e suspensão de direitos políticos somente são aplicadas após trânsito em julgado, ou seja, decisão judicial definitiva (Art. 12, § 1º).</p> <p>II. Correta “O ressarcimento integral do dano é sanção obrigatória e cumulativa sempre que configurado o enriquecimento ilícito.” Correto. O ressarcimento é obrigatório sempre que houver dano ao erário, inclusive nos casos de enriquecimento ilícito (Art. 12, caput e §§).</p> <p>III. Incorreta “As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa têm natureza penal, devendo ser aplicadas exclusivamente pelo juízo criminal.” Errado. A natureza das sanções na Lei de Improbidade é civil e administrativa, não penal. As ações de improbidade são julgadas na esfera cível, por juízes cíveis, e independentes da esfera penal.</p> <p>IV. Correta</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>“A multa civil pode ser aplicada isoladamente, desde que não haja danos ao erário.” Correto. A multa civil pode ser aplicada isoladamente, especialmente em hipóteses onde não há dano ao erário, conforme previsão do Art. 12 da Lei.</p>		
<p>TIPO 1: 48 TIPO 2: 40 TIPO 3: 41</p>	<p>A alternativa correta é: (A) V – F – F – V</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios de limitação de empenho e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos. Verdadeiro. Conforme o art. 165, §2º da CF/88 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO deve conter normas sobre o equilíbrio fiscal, limitação de empenho, controle de custos e avaliação de resultados.</p> <p>A Lei Orçamentária Anual, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte. Falso. Quem estabelece as metas e prioridades é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme art. 165, §2º da CF. A LOA apenas detalha receitas e despesas de acordo com essas diretrizes.</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui vigência plurianual e estabelece metas físicas e financeiras de todos os programas constantes no Plano Plurianual. Falso. Quem tem vigência plurianual é o Plano Plurianual (PPA). A LDO tem vigência anual e serve como elo entre o PPA e a LOA.</p> <p>O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. Verdadeiro. Essa é a definição exata do PPA, segundo o art. 165, §1º da Constituição Federal.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 50 TIPO 2: 48 TIPO 3: 37</p>	<p>A alternativa correta é: (A) O Balanço Financeiro consolida saldos do exercício anterior, receitas/despesas orçamentárias, movimentações extraorçamentárias e os Restos a Pagar, estes últimos incluídos como receita extraorçamentária.</p> <p>Justificativa, com base no Art. 103 da Lei nº 4.320/1964:</p> <p>Art. 103 – O Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa públicas, bem como os saldos do exercício anterior e os que se transferirem para o exercício seguinte, conjugando-se com as operações de natureza orçamentária e extraorçamentária.</p> <p>Parágrafo único – Serão incluídos, como receita extraorçamentária, os Restos a Pagar cancelados no exercício.</p> <p>(A) Correta – Reflete exatamente o conteúdo do Art. 103 e de seu parágrafo único: o Balanço Financeiro mostra toda a movimentação orçamentária e extraorçamentária, incluindo os saldos anteriores e posteriores. Restos a Pagar</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>cancelados entram como receita extraorçamentária.</p> <p>(B) Incorreta – Os Restos a Pagar não são classificados como despesa extraorçamentária, e sim continuam no passivo até serem pagos. Apenas os cancelados entram como receita extraorçamentária. O objetivo não é neutralizar o lançamento anterior.</p> <p>(C) Incorreta – As operações extraorçamentárias são sim registradas no Balanço Financeiro, não apenas no Balanço Patrimonial.</p> <p>(D) Incorreta – Os Restos a Pagar não são classificados como despesa extraorçamentária, e sim continuam vinculados à despesa orçamentária originalmente empenhada.</p> <p>(E) Incorreta – Os saldos financeiros (dinheiro em caixa e banco) são demonstrados no Balanço Financeiro, e não exclusivamente no Orçamento.</p>		
--	--	--	--